

**Processo: 10034/2019**

**Tipo: Projeto de Lei: 198/2019**

**Área do Processo: Legislativa**

**Data e Hora: 09/09/2019 16:04:51**

**Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória**

**Assunto: Altera o art. 1º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007 e dá providências**



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
**Estado do Espírito Santo**

## **PROJETO DE LEI**

**Altera o art. 1º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007 e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 1º. Fica reservado às pessoas com deficiência, no mínimo 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) das vagas de cargos estabelecidos em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.**

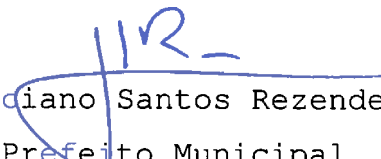
**§1º. Os percentuais de vagas reservadas serão definidos no edital do concurso público, nos limites definidos no caput.**

**§2º. Na hipótese de o quantitativo definido no edital resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% (vinte por cento)."**  
**(NR)**

**Art. 2º.** Fica revogado o Art. 3º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 02 de setembro de 2019.

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE	
Processo	Folha
10034	02

## LEI N° 6.896

Dispõe sobre o percentual reservado às pessoas com deficiência nos Concursos Públicos na Prefeitura de Vitória.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica reservado às pessoas com deficiência, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas de cargos estabelecidas em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.

**Art. 2º.** Os cargos públicos a que se refere o artigo anterior não preenchidos pelas pessoas com deficiência serão automaticamente ocupados pelos demais candidatos aprovados.

**Art. 3º.** Quando o resultado obtido, na forma do disposto no artigo 1º, não for um número inteiro, desprezar-se-á a fração inferior a meio e arredondar-se-á para a unidade imediatamente superior a fração que for igual ou superior a meio.

**Art. 4º.** Constará no edital do concurso público o número de vagas destinado às pessoas com deficiência e os procedimentos necessários para o candidato tomar conhecimento da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

**Art. 5º.** No ato da inscrição, a pessoa com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias da

realização da prova de concurso público deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

Parágrafo único. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

**Art. 6º.** A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Fica revogada a Lei nº 4.163, de 26 de dezembro de 1994.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 30 de abril de 2007.

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Ref. Processo nº 2242400/07  
/ccmt



**Prefeitura Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10034	03	

Mensagem nº 29

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Submeto à apreciação dos Senhores Vereadores o anexo do Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007.

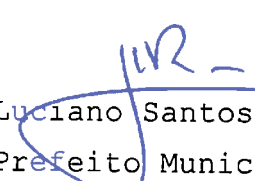
A alteração do art. 1º da Lei nº 6.896, de 2007, justifica-se para ampliar o número máximo de vagas destinadas às pessoas com deficiência, nas vagas de cargos estabelecidos em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória, adequando à legislação Federal.

Para fins do cálculo do arredondamento do percentual, foi incluído o §2º ao art. 1º e revogado o art. 3º da Lei nº 6.896, de 2007.

Desta forma, as vagas destinadas às pessoas com deficiência em edital de concurso público serão de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento).

Portanto, considerando a relevância e urgência da presente matéria, contamos mais uma vez com a colaboração dessa Casa de Lei no sentido de que a ela seja dada a melhor acolhida.

Vitória, 02 de setembro de 2019.

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.4382681/19





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10034	04	

SECRETARIA GERAL DA MESA  
PARA PROVIDÊNCIAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
09/09/19

INCLUIDO NO EXPEDIENTE  
Em 10/09/2019

Mayara Kelly N. de Oliveira  
Mayara Kelly Nunes de Oliveira  
Matrícula: 7221  
DDI  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUI-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL  
Em 11/09/2019  
Presidente da Câmara

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO  
Em 11/09/2019  
Presidente da Câmara

PAUTADO EM 2ª DISCUSSÃO  
Em 12/09/2019  
Presidente da Câmara

PAUTADO EM 3ª DISCUSSÃO  
Em 17/09/2019  
Presidente da Câmara

Que Del.

Incluído em expediente para fins de leitura e transcrição da decisão especial embargada. Se em contrário abster-se para fins de anulação e pagar ao prazo de forma definitiva.

1. Justiça

2. Director Humano e

3. Saldador

4. Funcionário de Pên

5. Administração



PRESIDENTE DA SESSÃO





## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do espírito santo

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 198/2019, ORIUNDO DO PROCESSO Nº 10034/2019, NA FORMA DO ART. 222, INCISO III, DA RESOLUÇÃO Nº 1919/2014**

O Projeto de Lei nº 198/2019, em trâmite na Câmara Municipal de Vitória através do processo nº 10034/2019 passa ter a seguinte redação:

*Altera o art. 1º, caput, do Projeto de Lei nº 198/2019.*

**Art. 1º** - Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 6.896, de abril de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 1º. Fica reservado às pessoas com deficiência, no mínimo 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) das vagas de cargos estabelecidos em edital de concurso público em cada uma das carreiras existentes nos quadros da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Vitória:"**

**Art. 2º** - Ficam inalterados os demais artigos do Projeto de Lei nº 198/2019.

**Processo: 10105/2019**

Tipo: Requerimento: 1125/2019

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 10/09/2019 15:51:50

Procedência: Cleber Felix

Assunto: Emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 198/2019, oriundo do Processo nº 10034/2019, na forma do art. 222, Inciso III, da Resolução nº 1919/2014.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 09 de Setembro de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	02	

## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do espírito santo

### JUSTIFICATIVA

A Lei 6.896, de 30 de abril de 2007, que dispõe sobre o percentual reservado às pessoas com deficiência nos concursos públicos na Prefeitura de Vitória, foi criada e sancionada com a finalidade de atualizar a Lei Nº 4.163, de 26 de Dezembro de 1994, em seu percentual de vagas reservadas, por exemplo, que eram de apenas 03(três) por cento, passando a ser o mínimo de 05 (cinco) por cento, dentre outras modificações.

Conforme a antiga redação, o artigo primeiro dispunha:

Art. 1º, caput, do projeto  
de Lei nº 4.163/1994  
(REVOGADO).

Artigo 1º. Fica reservado às pessoas portadoras de deficiência, em cada uma das carreiras existentes nos quadros da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Vitória, o percentual de 03 (três) por cento das vagas de cada cargo que tenha um número de vagas a serem preenchidas, através de concurso público, superior a 100 (cem).

Assim, a presente Lei (Nº 6.896/2007), revogou em sua totalidade a Lei nº 4.163/1994, no entanto, a nova redação passou a concentrar a aplicação de seus efeitos apenas para o âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória, deixando assim de abarcar os outros órgãos dos quadros da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Vitória, como por exemplo, a presente Casa de Leis, Câmara Municipal de Vitória, conforme expõe seu artigo 1º:

Art. 1º Fica reservado às pessoas com deficiência, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas de cargos estabelecidas em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	03	UM

## CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

### Estado do espírito santo

Destarte, esta emenda visa qualificar, ainda mais, a aplicação da Lei Nº 6.896/2007, a fim de que seja alcançado os quadros da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Vitória, respeitando assim o Princípio da Eficiência nos Órgãos da Administração Pública.

**CLEBER JOSÉ FELIX**

PRÉSIDENTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA



**Processo: 10034/2019**

Tipo: Projeto de Lei: 198/2019

Área do Processo: Legislativa

Data e Hora: 09/09/2019 16:04:51

Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória

Assunto: Altera o art. 1º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007 e dá providências



Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	04	

## PROJETO DE LEI

Altera o art. 1º da Lei nº  
6.896, de 30 de abril de 2007  
e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica reservado às pessoas com deficiência, no mínimo 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) das vagas de cargos estabelecidos em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.

§1º. Os percentuais de vagas reservadas serão definidos no edital do concurso público, nos limites definidos no caput.

§2º. Na hipótese de o quantitativo definido no edital resultar em número fracionado, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% (vinte por cento)."  
(NR)

**Art. 2º.** Fica revogado o Art. 3º da Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 02 de setembro de 2019.

Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal







Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

**LEI N° 6.896**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
Processo	Folha
10034	02

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	05	

Dispõe sobre o percentual reservado às pessoas com deficiência nos Concursos Públicos na Prefeitura de Vitória.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica reservado às pessoas com deficiência, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas de cargos estabelecidas em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.

**Art. 2º.** Os cargos públicos a que se refere o artigo anterior não preenchidos pelas pessoas com deficiência serão automaticamente ocupados pelos demais candidatos aprovados.

**Art. 3º.** Quando o resultado obtido, na forma do disposto no artigo 1º, não for um número inteiro, desprezar-se-á a fração inferior a meio e arredondar-se-á para a unidade imediatamente superior a fração que for igual ou superior a meio.

**Art. 4º.** Constará no edital do concurso público o número de vagas destinado às pessoas com deficiência e os procedimentos necessários para o candidato tomar conhecimento da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

**Art. 5º.** No ato da inscrição, a pessoa com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias da



CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	06	

realização da prova de concurso público deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

Parágrafo único. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

**Art. 6º.** A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Fica revogada a Lei nº 4.163, de 26 de dezembro de 1994.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 30 de abril de 2007.

João Carlos Coser  
Prefeito Municipal

Ref. Processo nº 2242400/07  
/ccmt





Prefeitura Municipal de Vitória  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rub
10034	03	MM

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	07	MM

Mensagem nº 29

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Submeto à apreciação dos Senhores Vereadores o anexo do Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.896, de 30 de abril de 2007.


A alteração do art. 1º da Lei nº 6.896, de 2007, justifica-se para ampliar o número máximo de vagas destinadas às pessoas com deficiência, nas vagas de cargos estabelecidos em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória, adequando à legislação Federal.

Para fins do cálculo do arredondamento do percentual, foi incluído o §2º ao art. 1º e revogado o art. 3º da Lei nº 6.896, de 2007.

Desta forma, as vagas destinadas às pessoas com deficiência em edital de concurso público serão de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento).


Portanto, considerando a relevância e urgência da presente matéria, contamos mais uma vez com a colaboração dessa Casa de Lei no sentido de que a ela seja dada a melhor acolhida.

Vitória, 02 de setembro de 2019.

  
Luciano Santos Rezende  
Prefeito Municipal

Ref.Proc.4382681/19



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	08	

**LEI Nº 6896, DE 30 DE ABRIL DE 2007**

**DISPÕE SOBRE O PERCENTUAL  
RESERVADO ÀS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA NOS CONCURSOS  
PÚBLICOS NA PREFEITURA DE  
VITÓRIA.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA, Capital do Estado do Espírito Santo**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

**Artigo 1º** Fica reservado às pessoas com deficiência, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas de cargos estabelecidas em edital de concurso público promovido pela Prefeitura de Vitória.

**Artigo 2º** Os cargos públicos a que se refere o artigo anterior não preenchidos pelas pessoas com deficiência serão automaticamente ocupados pelos demais candidatos aprovados.

**Artigo 3º** *Caso a aplicação do percentual de que trata o artigo 1º resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. (Revogado Lei pela nº 7508/2008)*

**Artigo 4º** Constará no edital do concurso público o número de vagas destinado às pessoas com deficiência e os procedimentos necessários para o candidato tomar conhecimento da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

**Artigo 5º** No ato da inscrição, a pessoa com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias da realização da prova de concurso público deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

**Parágrafo único** - O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

**Artigo 6º** A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

**Artigo 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 8º** Fica revogada a Lei nº 4.163, de 26 de dezembro de 1994.

Palácio Jerônimo monteiro, em 30 de abril de 2007.

**JOÃO CARLOS COSER  
PREFEITO MUNICIPAL**

Ref. Processo nº 2242400/07

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Vitória.







**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10105	09	<i>MA</i>



A SECRETARIA GERAL DA MESA  
PALE PROVEDORIAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

10109/19

INCLUIDO EM Pauta

Em, 11 / 09 / 2019

*Mayara Kelly Nunes de Oliveira*  
**Mayara Kelly Nunes de Oliveira**  
Matrícula: 7221  
DDI  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

INCLUI-SE EM PAUTA PARA  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em,    /    /   

Presidente da Câmara

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em    /    /   

*01/09/19*  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em    /    /   

PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM - DISCUSSÃO

Em    /    /   

PRESIDENTE DA CÂMARA

APROVADO  
AO DAL P/ PROVIDENCIAR,  
Em, 1 / 1 / 1  
Presidente da Câmara

Para providenciar o agendamento  
e consequentemente entrar em sessão  
para analisar e votar sobre o  
respeitivo Exemplo.



PRESIDENTE DA SESSÃO